

STAL contra operadores privados no sector da água

07-Jun-2005

Â DIRECÃŁFÓ NACIONAL REUNIU COM Â€œOS VERDESÂ€•

No Âmbito das jornadas parlamentares realizadas pelo PEV Â€“ Partido Ecologista Â€œOs VerdesÂ€•, com o tema Â€œA Âgua bem pÂblicoÂ€•, realizou-se no dia 5 de Julho, na sede da DirecÃŁFÓ Nacional do STAL em Lisboa, uma reuniÃŁo entre representantes do Grupo Parlamentar Â€•Os VerdesÂ€• e da DirecÃŁFÓ Nacional do STAL.

Â

Nesta foram abordadas trÃs questÃes centrais, interligadas entre si, as chamadas parcerias pÂblico-privadas no sector da Âgua, a alteraÃŁo do regime do limite ao endividamento das autarquias neste sector e a hipÃtese de criaÃŁo de um modelo de tarifÃrio da Âgua que possa ter em conta o agregado familiar dos utentes.

Relativamente Â s pretensas parcerias pÂblico-privadas, que mais nÃo sÃo que formas encapotadas de privatizaÃŁo, o STAL assume-se frontalmente contra a intervenÃŁo dos operadores privados neste sector, por considerar incompatÃvel a gestÃo da Âgua enquanto bem necessariamente pÂblico, porque essencial para todos, com a busca do lucro que caracteriza o sector privado. O STAL sugeriu a possibilidade de adopÃŁo de um regime de tarifÃrio que tenha em conta os rendimentos do agregado familiar e a recomendaÃŁo da OrganizaÃŁo Mundial de SaÃde relativamente ao volume de Âgua considerado essencial para a subsistÃncia humana.

Sabendo o STAL que uma das ÂrazÃesÂ€• apresentadas por quantos defendem as parcerias pÂblico-privadas neste sector tem sido justamente o limite Â capacidade de endividamento das autarquias, em virtude da necessidade de realizaÃŁo de investimentos avultados, especialmente na Ârea do saneamento e do tratamento das Âguas residuais, torna-se essencial encontrar soluÃÃes para este problema.

Admitindo a possibilidade de o investimento com recurso a crÃdito nÃo contar para os referidos limites neste Âmbito, deverÃo ser definidas regras concretas e claras, nÃo podendo deixar de ser tido em conta o modelo de gestÃo adoptado e a recuperaÃŁo do financiamento a longo prazo, salvaguardando o conceito de serviÃo pÂblico essencial que deve continuar a caracterizar o sector do abastecimento de Âgua e saneamento.

Â

Â